

SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA DA UEMS

RODAS DE CONVERSA CONTRA O PRECONCEITO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Laura Roberta Alves Monteiro Santana
lauraroberta1712@gmail.com
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Beatriz Barcelos de Moraes
09195693157@academicos.uems.br
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Bruno Eduardo Santana Leite
10035612509@academicos.uems.br
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Alline Lam Orué
alline.lam@uembs.br
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

EIXO TEMÁTICO: Práticas Pedagógicas Inclusivas e Metodologias Diferenciadas.

RESUMO

O presente relato de experiência trata da aplicação de rodas de conversa como estratégia pedagógica na disciplina de Seminários em Nutrição III, do curso de Nutrição da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no município de Campo Grande. O referencial teórico-metodológico adotado fundamentou-se na educação dialógica e participativa, valorizando o espaço de fala dos sujeitos e a troca de saberes como forma de construir preceitos e promover práticas inclusivas. A proposta surgiu diante da flexibilidade do plano de ensino da disciplina e buscou abordar temas relacionados à saúde coletiva, diversidade e inclusão, a partir de vivências reais trazidas por convidados pertencentes a diferentes grupos sociais. Entre as experiências realizadas destacam-se as rodas de conversa com pessoas com deficiência física, visual e auditiva, além de debates com indígenas, pessoas negras, LGBTQIAPN+ e mulheres ligadas ao movimento feminista. Os encontros possibilitaram contato direto dos estudantes com narrativas que evidenciaram barreiras sociais, culturais e estruturais, além de questões relacionadas à autonomia, respeito e reconhecimento da dignidade humana, essa metodologia favoreceu a sensibilização dos discentes estimulando reflexões sobre o capacitismo, racismo, machismo, homofobia e outras formas de discriminação, reforçando a formação de profissionais mais preparados e empáticos para lidar com a diversidade presente no cotidiano do cuidado em saúde. Como principais resultados, observou-se a ampliação do olhar crítico dos estudantes, valorização do conhecimento vivencial dos convidados e a transformação de perspectivas pessoais, evidenciada em relatos de mudança de atitude e compreensão de realidades antes desconhecidas. Conclui-se que a roda de conversa pode ser considerada como ferramenta potente de ensino-aprendizagem, capaz de combater a ignorância pela via do conhecimento e de contribuir para a formação de profissionais mais sensatos e comprometidos com a inclusão e a equidade no contexto da saúde coletiva.

Palavras-chave: Vulnerabilidade Social; Inclusão Social; Pessoas com Deficiência; Universidades.

SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA DA UEMS

INTRODUÇÃO

A promoção da inclusão social de pessoas com deficiência (PcD) no ambiente universitário constitui uma responsabilidade ética e formativa contemporânea, especialmente diante dos contextos de vulnerabilidades sociais que agravam as formas de exclusão. A universidade enquanto espaço de formação e transformação, tem o dever de combater práticas capacitistas e de responder de forma integrada às múltiplas necessidades de seus usuários.

Como descrevem Mazzotta e D'Antino (2011, p. 377), “a educação, a cultura e o lazer são espaços estruturados com fundamental poder de mediação para inclusão social da pessoa com deficiência, assim como de todo e qualquer sujeito”. Compartilhar vivências, por meio de rodas de conversa com outros participantes que também possuem alguma deficiência, constitui estratégia inovadora para conscientização e desnaturação de preconceitos e promoção de práticas profissionais mais sensíveis, favorecendo a efetivação da inclusão desde o âmbito universitário.

Assim, o objetivo do presente relato de experiência centra em mostrar que, por meio da educação, é possível minimizar a desinformação e o preconceito, formando profissionais conscientes e inclinados à prática humanizada da saúde.

METODOLOGIA

As ações a serem descritas no presente relato foram realizadas semanalmente, em sala de aula, mais especificamente na disciplina optativa de Seminários em Nutrição III, do curso de Nutrição da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), no município de Campo Grande, tendo como público-alvo os discentes matriculados na disciplina. As atividades foram desenvolvidas no segundo semestre do ano de 2018, utilizando-se de rodas de conversa como estratégia de ensino e reflexão, auxiliando na formação ética, crítica, humanizada e inclusiva dos estudantes.

A escolha dessa metodologia, que integra teoria e prática, foi baseada na ideia de uma educação dialógica e participativa, valorizando as trocas de conhecimento, o respeito à fala e a construção do saber. Dessa forma, os estudantes puderam conhecer e discutir diferentes realidades presentes na sociedade, esclarecer dúvidas, e refletir sobre elas.

As rodas de conversa contavam com convidados pertencentes a diferentes grupos sociais, como pessoas com deficiência física (motora, visual e auditiva, incluindo intérpretes de LIBRAS), indígenas, pessoas negras, integrantes da comunidade LGBTQIAPN+ e mulheres ligadas ao movimento feminista. Cada tema foi discutido em pelo menos uma roda de conversa, com a presença de até 5 convidados por dia, com duração de aproximadamente duas horas, totalizando oito encontros.

REFERENCIAL TEÓRICO

A inclusão de PCD na universidade é, antes de tudo, uma questão de dignidade, de justiça social e de pertencimento verdadeiro. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (nº 13.146/2015) juntamente com os decretos 3.298/1999 e 10.502/2020 estabelecem um marco normativo robusto para garantir igualdade de direitos e acessibilidade, ainda que sua efetivação cotidiana dependa de uma cultura institucional engajada e sensível ao outro (BRASIL, 1999, 2015, 2020).

O ingresso de estudantes com deficiência nas instituições de ensino superior representa avanços concretos (Maciel *et al.*, 2021), mas a permanência requer mais do que políticas públicas: exige acolhimento, estrutura e reconhecimento humano do sujeito. A revisão sistemática conduzida por Pereira *et al.*, (2016) revela que Barreiras de natureza física, tecnológica e pedagógica persistem, mesmo diante de avanços legais.

No campo da gestão universitária, o estudo de Costa e Pieczkowski (2020) mostra que a presença desses estudantes mobiliza gestores a engajar-se mais com as políticas institucionais e a refletir sobre práticas inclusivas, desafiando modelos estabelecidos e normativos. Já Cândido (2024), ao trazer a voz dos próprios estudantes com deficiência intelectual, revela as dificuldades de adaptação ao ambiente acadêmico e à falta de preparo docente, reforçando a urgência de redes de apoio e protagonismo estudantil.

Além disso, Lustosa e Ribeiro (2020) argumentam que incluir não é apenas permitir o acesso, mas reconfigurar saberes e práticas pedagógicas. Uma tarefa que exige abertura, formação e diálogo, conectando-se a essa perspectiva, Sousa, Sanfelice e Zucchetti (2021) apontam que as ações institucionais devem contemplar o ciclo completo da experiência acadêmica: do acesso à permanência e das oportunidades concretas.

A dimensão simbólica da inclusão também afeta o dia a dia dos estudantes. Em evidência nas narrativas trazidas pela Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP (2020), a resistência cultural, manifesta em olhares negligências e invisibilização que muitas vezes representam barreiras maiores que qualquer obstáculo físico. Nesse sentido, Bondezan, França e Rossi (2025) enfatizam que o sucesso das políticas inclusivas requer a construção de uma cultura institucional sustentada em voz, pertencimento e empatia.

É nesse encontro entre a norma legal, as estruturas institucionais e as experiências pessoais que a inclusão ganha corpo de verdade. Promover educação inclusiva é acolher o outro com suas diferenças, reconhecendo que a universidade ao transformar-se também transforma a sociedade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os oito encontros realizados, mostraram aos estudantes as diversas realidades e desafios que os convidados enfrentam no cotidiano, chamando a atenção dos mesmos, já que nunca passaram pessoalmente por tais experiências. Gerando, assim, um ambiente de trocas de conhecimento, onde os alunos expressavam suas dúvidas e elas eram esclarecidas pelos convidados. Vários estereótipos também foram desmistificados, permitindo que os discentes vissem como o preconceito e a desigualdade afetam a vida das pessoas.

Desta forma, as rodas de conversa possibilitaram resultados expressivos no processo formativo dos estudantes, promovendo maior sensibilidade em relação à diversidade humana e às questões de inclusão. A participação de convidados com diferentes vivências – pessoas com deficiência (PcD), indígenas, negros, LGBTQIAPN+ e feministas – proporcionou um espaço rico de aprendizado, no qual os alunos puderam dialogar de forma aberta e esclarecedora.

Destaca-se que o contato direto com indivíduos que possuíam local de fala fortaleceu a legitimidade das discussões e favoreceu mudanças perceptíveis no entendimento dos discentes acerca de preconceitos e desigualdades sociais. Assim como o relato de experiência do Núcleo de Estudos de Gênero e Diversidade (Nugedis) do IFB, que abordou questões de gênero e diversidade sexual na escola (INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA, 2024), as rodas de conversa realizadas na universidade demonstraram o potencial de metodologias participativas para romper silêncios, desconstruir preconceitos e promover ambientes mais acolhedores. A resistência social, ainda presente nesses contextos, reforça a necessidade de iniciativas permanentes que deem visibilidade às pautas de grupos historicamente marginalizados (SHARMA; BHAMBRI, 2024).

As rodas sobre PcD abordaram diferentes dimensões da vivência, incluindo deficiência motora, visual e auditiva. Os relatos trouxeram exemplos significativos, como o de um aluno cadeirante que compartilhou os desafios da autonomia no cotidiano universitário, e o de um atleta paralímpico com baixa visão, que evidenciou a importância do empoderamento e da quebra de estigmas. Também foi esclarecida a diferença entre ter deficiência auditiva (parcial ou total) e pertencer à comunidade surda de fato, e discutidas questões mais gerais, como a solidão afetiva de mulheres com deficiência e a necessidade de compreender a diversidade de experiências individuais.

No que se refere às PcD, os resultados do presente estudo convergem com as atividades realizadas pelo Núcleo de Apoio Educacional (INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA, 2024), que mostraram avanços significativos na democratização do acesso à aprendizagem. O que indica que a presença de estratégias inclusivas, tanto no espaço escolar quanto no universitário, contribui para a autonomia dos estudantes e para a quebra de estigmas. O depoimento do atleta paralímpico, por

SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA DA UEMS

exemplo, reforça o estudo de Mokobane (2024) que aponta o papel do empoderamento e da representatividade como fatores essenciais para a valorização das diferenças.

Essas trocas de experiências possibilitaram aos estudantes uma reflexão mais profunda sobre barreiras sociais, atitudes capacitistas e a importância da empatia no cuidado em saúde. A metodologia utilizada contribuiu para a formação de futuros profissionais mais críticos e preparados para lidar com diferentes públicos. Conforme enfatizado nos encontros, o preconceito nasce da falta de informação, e, portanto, o conhecimento é a principal ferramenta para combatê-lo.

Ressalta-se, ainda, a necessidade de dar continuidade e amplitude a essas práticas, em diferentes *campus* e cursos, aberto a diferentes públicos, inclusive ao corpo docente, com a sugestão de incluir, em futuras edições, rodas de conversa cuja temática sejam pessoas neurodivergentes, como pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Altas Habilidades/Superdotação (AHSD), Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH) e Transtorno Bipolar, de modo a informar e preparar melhor os profissionais e acadêmicos para atender à população com equidade e integralidade (BRASIL, 1990), potencializar o alcance das ações e fortalecer o compromisso com o respeito à diversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência mostrou como as rodas de conversa são uma estratégia eficaz para aproximar teoria e prática, estimulando a reflexão sobre o papel do profissional da saúde, principalmente na saúde coletiva. Por conseguinte, os encontros favoreceram a formação de profissionais mais empáticos, éticos e aptos a lidar com a diversidade, mostrando a importância desse método como recurso pedagógico no ensino superior em saúde.

SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA DA UEMS

REFERÊNCIAS

BONDEZAN, A. N.; FRANÇA, F. F.; ROSSI, J. P. G. Inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior: políticas e práticas na Universidade Estadual do Paraná. **Temas & Matizes**, v. 18, n. 33, p. 158–179, 2025. Disponível em: <https://shre.ink/tHkQ>. Acesso em: 24 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <https://shre.ink/tHk2>. Acesso em: 24 ago. 2025.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853/1989 (Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 24 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, 7 jul. 2015. Disponível em: <https://shre.ink/tHks>. Acesso em: 24 ago. 2025.

BRASIL. Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. Institui a Política Nacional de Educação Especial; equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida. Disponível em: <https://shre.ink/tHkf>. Acesso em: 24 ago. 2025.

CÂNDIDO, E. A. P., Inclusão na educação superior: a perspectiva de estudantes/egressos com deficiência intelectual e seus docentes. Tese de Doutorado – Unesp, 2024. Disponível em: <https://hdl.handle.net/11449/296620>. Acesso em: 24 ago. 2025.

COSTA, J. M. M.; PIECZKOWSKI, T. M. Z., Inclusão de estudantes com deficiência na educação superior na perspectiva da gestão universitária. **Educ.** rev., 36, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/kfPzhmPC3rCWMrDYm7LvSvf>. Acesso em: 24 ago. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA (Org.). **Relatos de experiências exitosas**: edição 2024. Brasília: Editora IFB, 2024. Disponível em: <https://shre.ink/tHk8>. Acesso em: 25 ago. 2025.

LUSTOSA, F. G.; RIBEIRO, D. M. Inclusão de estudantes com deficiência no Ensino Superior: exigências de reconfiguração de saberes, concepções e práticas docentes. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 15, n. esp2, p. 1523–1537, 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/13825>. Acesso em: 24 ago. 2025.

MACIEL, Carina Elisabeth et al. Acesso de estudantes com deficiência na educação superior: avanços e desafios. **REVELLI – Revista de Educação, Linguagem e Literatura**, v. 13, 2021. Disponível em: <https://shre.ink/tHka>. Acesso em: 24 ago. 2025.

MAZZOTTA, M. J. S.; D'ANTINO, M. E. F. Inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades especiais: cultura, educação e lazer. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 377-389, abr./jun. 2011. Disponível em: <https://shre.ink/tHkl>. Acesso em: 15 ago. 2025.

MOKOBANE, S. Z. Reducing prejudice against learners with disabilities in inclusive settings through the Afrocentric model of inclusion. **International Journal of Research in Business & Social Science**, v. 13, n. 4, p. 477-484, 2024. Disponível em: <https://shre.ink/tHTY>. Acesso em: 25 ago. 2025.

SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA DA UEMS

PEREIRA, R. R.; COSTA SILVA, S. S.; FACIOLA, R. A.; PONTES, F. A. R.; HOLANDA RAMOS, M. F. Inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior: uma revisão sistemática. **Revista Educação Especial**, v. 29, n. 54, 2016. Disponível em: <https://shre.ink/tHkU>. Acesso em: 24 ago. 2025.

SHARMA, A.; BHAMBRI, S. Prejudice and Discrimination: Barriers to Social Inclusion. **International Journal for Multidisciplinary Research (IJFMR)**, v. 6, n. 2, p. 1-18, mar./abr. 2024. Disponível em: <https://www.ijfmr.com/papers/2024/2/18235.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2025.

UNIFESP. Deficiência: o desafio da acessibilidade e da inclusão social. **Unifesp Notícias**. 2020. Disponível em: <https://shre.ink/tHkm>. . Acesso em: 24 ago. 2025.